

REFERENCIAÇÃO – UMA ENTREVISTA COM MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE

Mônica Magalhães Cavalcante¹

Universidade Federal do Ceará (UFC)

REVEL – A temática da referência, inicialmente, era uma preocupação da Filosofia. Em que medida os estudos linguísticos redirecionaram a compreensão sobre esse fenômeno e quais momentos desse percurso a senhora destacaria?

MÔNICA – Do pouco que conheço dos estudos filosóficos, posso dizer que a preocupação da Filosofia da Linguagem era, na verdade, não com os sentidos originados das relações entre referentes, mas com o modo como a linguagem dizia a realidade. A diferença entre os dois grandes paradigmas filosóficos que se ativeram às ligações de dependência, ou não, entre linguagem e mundo – essencialismo e relativismo – residia no caráter puramente representacional ou não que se atribuía à linguagem. Para as correntes mais representacionistas, fundadas no essencialismo de Platão e Aristóteles, a linguagem expressava a realidade. Na tese platônica, as palavras teriam o poder de representar a realidade essencial (autônoma) das coisas. Na tese aristotélica, o pensamento (a alma) intervinha nessa relação: as coisas do mundo afetavam o pensamento de maneira semelhante para todos os seres humanos, e a linguagem expressava o pensamento. Por outro lado, para as correntes mais antirrepresentacionistas, seguidoras de posturas mais plásticas, mais relativas, tal como a dos sofistas, a linguagem participava da própria construção da realidade, e, portanto, não lhe cabia a mera função de etiquetagem das coisas do mundo. A

¹ Professora da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora na área da Linguística do Texto com ênfase em Referenciação.
ReVEL, vol. 13, n. 25, 2015

realidade nunca poderia ser completa e precisamente dita pela linguagem, nem mesmo quando os sujeitos têm a ilusão de total domínio de seu dizer.

Como se vê, a concepção dos relativistas foi, com efeito, precursora das abordagens pragmáticas das pesquisas linguísticas. E é por isso mesmo que penso que os estudos do texto já nasceram dentro de um paradigma mais relativista, porque a unidade do texto só se constrói, necessariamente, no uso, em circunstâncias concretas de enunciação. Por mais que se acusem de “estruturalistas” as primeiras propostas de análise do texto da Linguística Textual (LT) e por mais que ela tenha, de fato, adotado alguns procedimentos formalistas, ainda assim, não me parece apropriado ligar a LT aos paradigmas realistas e mentalistas que orientam as pesquisas em linguística formal. De vocação funcionalista, a LT radica, desde sempre, num paradigma pragmatista, voltado para o texto em situações enunciativas particulares, pois nunca se ocupou em descrever e conceituar parcelas da realidade, nem tampouco em caracterizar processos e conteúdos mentais aprioristicamente dados.

Quando floresceu no Brasil, nos anos de 1980, principalmente pelas mãos de Luiz Antônio Marcuschi e de Ingedore Koch, mas também de Leonor Fávero, Irandé Antunes e outros, a Linguística Textual já começava a se distanciar das análises transfrásticas, praticadas por autores alemães, como Isenberg e Harweg, para quem o texto se dava em sequências lineares e constituía uma soma de significados, ou uma cadeia de substituições. Também se distanciava, mas ainda guardava muitos resquícios disso adaptados para seus próprios fins, de pressupostos das gramáticas de texto, propostas por autores como Charolles e van Dijk, para os quais o texto era uma unidade formal, gerada por regras que comporiam a competência textual do falante.

E como era tratada a questão da referência nesses tipos de abordagem? Que heranças o estudo da referência recebeu dessas vertentes pioneiras da Linguística Textual?

Uma vez que, nas análises transfrásticas, se dava atenção aos fenômenos que, tal como a referência, não conseguiam ser satisfatoriamente explicados pelas teorias sintáticas e semânticas limitadas ao nível da sentença, as relações eminentemente coesivas de substituição de um termo por outro em relações correferenciais ganharam muito vigor. A anáfora, nessas pesquisas, era bem prototípica de mecanismos linguísticos que careciam de explicações para além do nível das relações

intra e interfrasais, já que seu sentido só se completava em outros elementos que ultrapassavam esse nível e se localizavam em outras porções do texto. O procedimento de análise consistia em ir da frase para segmentos maiores no texto pela observação de recursos linguísticos coesivos como os pronomes anafóricos. Os anafóricos eram, pois, vistos como termos que entravam no lugar de outros – uma condição que, na verdade, nunca deixou de ser importante para as costuras textuais, mas que, por outro lado, jamais poderia ser suficiente, nem mesmo para a apreensão de sentidos do texto como unidade semântica, quanto mais para a (re)construção coparticipativa dos sentidos e das referências do texto como unidade de comunicação.

Foi por reivindicarem que a noção de texto deveria ser mais que uma “sequência pronominal ininterrupta” e mais que um conjunto coerente de enunciados que alguns estudiosos, sobretudo os de formação gerativista, propuseram a concepção de “gramática de texto”. Como na teoria gerativa, falava-se de regras internalizadas, só que, neste caso, essas regras corresponderiam não à competência linguística do falante, mas ao que se passou a chamar de “competência textual”. Numa paráfrase da competência linguística, a competência textual foi definida por Charolles como a capacidade de o falante produzir e interpretar um número infinito de textos, permitindo-lhe não somente reconhecer quando um conjunto de palavras ou frases poderiam constituir um texto com sentido completo, como também resumir, parafrasear textos, atribuir-lhes título, estabelecer relações entre as partes que os compõem e identificar e/ou produzir gêneros etc. O trabalho pedagógico com o desenvolvimento dessas habilidades da competência textual foi fecundamente explorado por professores, linguistas e autores de livros didáticos, e ainda reverbera, até hoje, em numerosos materiais didático-pedagógicos. As gramáticas de texto tiveram, sem dúvida, o grande mérito de considerar o texto como a unidade linguística mais elevada, decomponível em unidades menores, além do mérito de privilegiar o critério de coerência, ainda que a tomando apenas como uma unidade semântica subjacente à superfície textual. Como elemento alicerçante do texto, a coerência semântica foi descrita por van Dijk sob o aspecto microestrutural das relações inter e intrafrásticas, léxicas e gramaticais, mas, principalmente, sob o aspecto macroestrutural da unidade semântica global do texto. As formas referenciais não se notabilizaram nessa abordagem, mas estavam pressupostas tanto nas análises microestruturais, quanto na macroestrutural e superestrutural.

A preocupação com a referência ganhou espaço, por outro lado, num movimento paralelo ao das pesquisas em gerativismo: o das vertentes da Pragmática. Por isso, reitero que a Linguística Textual sempre esteve, inevitavelmente, arraigada a princípios do pragmatismo, desde os filósofos da linguagem que propuseram a Teoria dos Atos de Fala (Austin e Searle) até o Princípio de Cooperação (de Grice) na Pragmática da Inferência, passando por Bühler, Benveniste e Fillmore com a caracterização do processo referencial da dêixis e chegando à noção de *face* da Sociolinguística Interacional e à Teoria da Polidez linguística. Todas essas abordagens da Pragmática repercutiram diretamente nos conceitos sustentados pela Linguística Textual e pelas Análises da Conversa. A Pragmática se inscreveu também nos pressupostos de todas as pesquisas gramaticais que se assumiram como funcionalistas, dentre as quais ressalto a Sistêmico-Funcional, proposta por Halliday, que sempre reservou ao texto um lugar de destaque.

Foram exatamente Halliday e Hasan que, numa perspectiva funcionalista – portanto, necessariamente, pragmática –, definiram a coesão como o fator de textura (ou de textualidade) mais fortemente responsável pela identificação da unidade semântica de um texto. Veio daí a tão propalada ideia de que o que distinguiria um texto de um não texto seria a *textura*, que seria reconhecível por um conjunto de características que colaborariam para a sua unidade total. Essas características seriam exatamente as relações coesivas. Por essa descrição, percebe-se que, para Halliday e Hasan, a coesão se definia por traços não necessariamente formais de emprego de elos coesivos, mas por propriedades essencialmente semânticas de articulação de ideias. Entendo, assim, que a coesão seria, para os autores, um dos fatores de coerência – posição que tenho endossado nos últimos tempos, só que dentro de uma visão muito mais ampliada de coerência.

As ligaduras coesivas foram classificadas por Halliday e Hasan, em 1976, em cinco tipos, quatro dos quais envolvendo conexões referenciais: *referência*, *substituição*, *elipse* e *coesão lexical* (fica de fora apenas a *conjunção*). Foi, pois, como processo coesivo, articulador e assegurador de relações semânticas, que o estudo da referência se estabeleceu definitivamente dentro da Linguística Textual e nela prosperou de tal maneira que passou a estereotipá-la: há quem suponha, ainda hoje,

equivocadamente, que a Linguística Textual se circunscreva a análises de coesão e coerência.

Não preciso salientar a influência que essa classificação de tipos coesivos exerceu sobre a Linguística Textual que se iniciou no Brasil na década de 1980. Mas foram, a meu ver, os pressupostos de Beaugrande e Dressler quanto aos fatores de textualidade que mais influenciaram os trabalhos de Marcuschi, Koch, Fávero, Antunes e seguidores brasileiros. Todavia, no que tange ao estudo da referência, Beaugrande e Dressler não propuseram nenhuma abordagem classificatória ou metodológica deste fenômeno, de modo que prevaleceu por muitos anos a análise da referência como um processo de articulação entre segmentos textuais via retomada anafórica direta e indireta.

Ninguém se dedicou tanto aos mecanismos coesivos de referência, e a suas aplicações ao ensino de compreensão e produção textual, quanto Ingedore Koch aqui no Brasil. Argumentando contra a fragilidade da classificação de Halliday e Hasan, assim como o fizeram outros autores, tais como Brown e Yule, que igualmente criticavam a sobreposição dos critérios definidores dos processos de *referência*, *substituição*, *elipse* e *coesão lexical*, a autora agrupou esses quatro tipos coesivos classificados por Halliday e Hasan em um só mecanismo guarda-chuva, a que chamou de “coesão referencial”. A ela se oporia a “coesão sequencial”, correspondente à *conjunção*, de Halliday e Hasan.

REVEL – Em seus estudos, a senhora realiza uma abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação. Quais são as bases epistemológicas que caracterizam essa abordagem, e, quanto ao estudo da referenciação, teria como identificar um projeto comum entre os diferentes pesquisadores dentro dessa perspectiva?

MÔNICA – Para responder a esta pergunta sobre o que é uma abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação, é necessário, antes, justificar por que a referenciação se diferencia das análises de referência da Linguística Textual na

década de 1980, assim como é necessário enquadrar esse fenômeno linguístico na noção de texto e de coerência em que ele se apoia.

A passagem da concepção da referência para a da *referenciação* acontece em 1994, com a tese de Lorenza Mondada e com a de Denis Apothéloz em 1995. Mondada inaugura a visão dinâmica de referente como *objeto de discurso*, alegando que o referente não mais corresponde nem às coisas reais do mundo que ele representa, nem às relações entre expressões referenciais manifestadas no cotexto, do modo como se fazia nas análises de coesão referencial. Para Mondada, e depois para Apothéloz, o referente ou objeto de discurso é elaborado na própria “atividade textual”, sim, porque o texto é, ele também, uma construção dinâmica. Quando encampou esse ponto de vista, a Linguística Textual, mais uma vez encabeçada por Marcuschi e Koch, passou a defender que a unidade de coerência se ajusta localmente aos contratos de comunicação que se estabelecem no momento em que o texto se enuncia. Como elementos imprescindíveis para a coerência, os referentes se tornam entidades negociadas durante a interação, não importa se em circunstâncias de fala, de escrita ou de enunciação hipertextual.

O texto deixa de ser um veículo neutro de conteúdos preexistentes, segundo Mondada, porque não deve ser pensado dentro de uma concepção representacionista, pela qual a linguagem estabelece uma correspondência cartográfica entre o mundo dado e as palavras que o representam. O texto instaura sua própria realidade, seu próprio universo de discurso, dentro de uma visão interacional e praxeológica da linguagem, porque ele está imbricado nas práticas sociais em que se efetiva. Por essa visão, não há conteúdos e saberes estáveis nem no mundo nem na linguagem, isto é, nem a realidade, nem as palavras, nem os referentes são imutáveis. Se há significados e denotações culturalmente registrados – e sempre há –, eles entram imediatamente num jogo de desestabilização e estabilização a cada momento em que são usados no enunciado, de tal sorte que, no uso (e o texto é sempre uso), sentidos e referentes se tornam uma reconstrução negociável, um contínuo processo de ação e de atenção conjunta, uma “referenciação”.

Esse posicionamento encontra acolhida na filosofia wittgensteiniana, para a qual o papel da linguagem não se restringe à nomeação e à descrição de estados ou de coisas

já dados, pois a linguagem, na verdade, constitui as próprias práticas humanas, assim como é por elas constituída. Assim, em complexos jogos de linguagem, as entidades vão sendo percebidas e ditas num processo de “categorização adaptativa”, segundo Mondada. Por isso, a designação dos referentes nunca parece completa aos sujeitos participantes da interação. Para Mondada e Dubois, as estruturas cognitivas memoriais dos seres humanos permitem-lhes acreditar em certas estabilidades categoriais que se lexicalizam e se convencionam, mas é a mesma inteligência humana que também permite desorganizar e reorganizar a construção conjunta (ou coconstrução) dos referentes pelos interlocutores. É com base nesse pensamento que explico o pressuposto de que a referenciação é um processo *sociocognitivo*.

Algumas aproximações epistemológicas podem ser feitas com esse pressuposto da sociocognição na elaboração de referentes como objetos de discurso. Uma delas é que a ideia de recategorização contínua, por categorizações adaptáveis aos contextos e às práticas sociais, pode convergir para algumas afirmações da fenomenologia biológica e relacional de Maturana, para quem a cognição dos seres humanos é um sistema dinâmico e histórico. Para o autor, o mundo se configura na linguagem e depende da cognição dos sujeitos que o enunciam. Nesse “acoplamento estrutural”, nessa influência mútua entre a cognição dos seres humanos e o meio, as categorias vão sendo constituídas e vão constituindo domínios consensuais, o que afeta e modifica a própria biologia humana e, conseqüentemente, a própria cognição.

Essas concepções de uma cognição intrincada com o meio social e com as práticas discursivas dão suporte ao que defendemos como sociocognitivismo e nos afastam, definitivamente, do cognitivismo clássico, que supõe ser a razão humana um sistema de princípios gerais, formais e lógicos, acionados sempre que as condições do meio assim o exigem. Acreditam que o conhecimento que se armazena na mente poderia ser todo representado por símbolos e por operações lógicas formalizáveis, por isso interessa à ciência da Cognição elaborar modelos cada vez mais sofisticados que lhes possibilitem explicar como o conhecimento é processado na mente humana.

Não é este o objetivo da Linguística Textual. Ao contrário dos estudos semântico-cognitivos, a sociocognição pressuposta na Linguística Textual só se ocupa de enunciados em uso, mas não para abstrair deles estruturas e regras abstratas que

seriam válidas para dados comportamentos linguísticos. Importa-nos interpretar os sentidos e as referências (re)categorizadas *ad hoc* em situações específicas de elaboração e reconstrução do texto. Os conhecimentos compartilhados não se supõem apenas “convocados”, mas também ajustados a cada particularidade contextual em que se “desajustam” e se reinventam a todo instante, de maneira que nunca há total controle sobre regras e modelos subjacentes.

No Brasil, o sociocognitismo recebeu forte influência dos trabalhos de Margarida Salomão, que define três premissas básicas para a hipótese sociocognitiva: *a escassez do significante, a semiologização do contexto e o drama da representação*. Por escassez do significante, a autora entende que não basta dizer que a forma linguística é econômica e que permite a produção de infinitas representações. As expressões linguísticas operam apenas como instruções, como pistas que suscitam tarefas semântico-sociais da linguagem. Por semiologização do contexto, Salomão entende que o contexto não se reduz a aspectos estáticos circunstanciais da situação imediata, mas inclui todos os elementos de uma cena enunciativa enquadrada e focalizada no momento da situação comunicativa. Esse enquadramento de cenário social está completamente imbricado nas instruções linguísticas e nas configurações cognitivas que se criam e recriam na interação. Por “drama da representação”, a autora entende que fazer sentido é, necessariamente, uma operação social e que, dessa forma, os sujeitos não constroem os sentidos em si mesmos, mas para alguém, com objetivos específicos, assumindo certos posicionamentos sociais, numa dinâmica de reenquadramentos.

O fato de nos orientarmos por uma visão sociocognitivista não significa que rejeitamos as análises cognitivas de fenômenos linguísticos. Aponta apenas para uma necessária delimitação de terreno, de objetivos e métodos concernentes a cada área do saber. Nada obsta a que a Linguística Textual, que aceita a interdisciplinaridade, recorra a conclusões semântico-cognitivas para, com base também nelas, proceder à análise do funcionamento textual. Assim como podemos recorrer – e, muitas vezes, o fazemos – a descrições funcionalistas e a conceitos das análises de discurso. Não podemos, por exemplo, sustentar que os processos de referenciação constituem um fenômeno sociocognitivo e discursivo sem invocar o auxílio das abordagens discursivas do texto.

Para mim, a construção coletiva e colaborativa dos referentes ancora num pressuposto de intersubjetividade no sentido não apenas benvenistiano, mas também bakhtiniano do termo, porque, como toda prática discursiva, é sempre ideológica. Defendo, com base nisso, que o texto está constitutivamente vinculado à cenografia e ao cenário social em que ele se desenvolve, e é essa peculiaridade que inscreve o texto numa dimensão discursiva. Não é objeto de investigação da Linguística Textual, todavia, a interdiscursividade, nem as práticas sociais em si mesmas e as explicações dos discursos a que se integram. Isto é o alvo de interesse da Análise do Discurso.

Aceito as interfaces, por exemplo, quando me sirvo da Análise Crítica de Discurso praticada por van Dijk, hoje, para afirmar, com ele, que os esquemas ou modelos mentais são socialmente produzidos e passam a ser compartilhados por um determinado grupo social. Tais modelos mentais comportam crenças, ideologias e conhecimentos, que se estabelecem com alguma estabilidade na memória de longo termo dos sujeitos. O que é cognitivo, para van Dijk, é, como vemos, necessariamente social e ideológico.

A Linguística Textual em que acredito assume uma necessária interface com as relações discursivas sem fazer delas seu objeto de análise; incorpora pressupostos de uma enunciação ampla, sócio-historicamente constituída, mas utiliza seus próprios parâmetros de investigação. A referenciação é apenas um deles.

REVEL – A compreensão sobre os efeitos de sentido produzidos pelo fenômeno da referenciação pode ser de interesse de diversas áreas do conhecimento. Que áreas já têm percebido esse valor do saber do linguista sobre os processos de referenciação, pensando no campo da Linguística Aplicada, e, a seu ver, como se pode ampliar esse interesse?

MÔNICA – A referenciação pode interessar a diversas áreas do conhecimento porque é um dos critérios mais indispensáveis para a elaboração e interpretação da coerência, e a coerência é a condição fundamental do texto. Impossível não lidar com textos, porque é por meio deles que interagimos, portanto o interesse pelo assunto já é um fato.

O estudo do texto é muito caro à Linguística Aplicada ao ensino de língua portuguesa, uma vez que a maior parte dos temas de pesquisa nesta área está reservada às práticas de leitura, de produção escrita e de desenvolvimento de gêneros da oralidade. Todos esses eixos requerem a compreensão de relações de coerência e, para tanto, há que se tratar de construções referenciais, mesmo quando isso se faz intuitivamente, sem consciência metalinguística.

Mas não somente a Linguística Aplicada tem dispensado atenção aos processos referenciais para a incrementação de seus estudos. Por limitações de espaço, mencionarei apenas alguns eixos que vêm reivindicando uma relação possível e profícua com a referenciação.

O grupo de pesquisa que coordeno na Universidade Federal do Ceará, o PROTEXTO, vem desenvolvendo, numa tendência mais teórica, artigos, dissertações e teses para redefinir um tipo de processo referencial: ou de introdução referencial, como a tese de Franklin Silva; ou de anáfora indireta e de funções referenciais, como os trabalhos de Suele Alves; ou de encapsulamento e suas funções, como a dissertação de Jammara Oliveira; ou de dêixis, como minha tese e um capítulo que elaborei recentemente e que sairá em breve, além da tese de Abniza Pontes de Barros Leal. Todos esses estudos, evidentemente, contrapõem um processo referencial a outros irmanados a ele.

Outras pesquisas do grupo, de natureza mais empírica, buscam analisar a participação dos processos referenciais na organização textual e no funcionamento social de gêneros particulares e, para isso, socorrem-se de descrições já postas ou na Análise de Gêneros fundada em Bazerman e Miller, e em Bakhtin, como se encontra em algumas teses orientadas por Margarete Fernandes de Sousa; ou na Linguística Sistêmico-Funcional, como a tese em andamento de Sâmia Araújo dos Santos; ou na Gramática do Design Visual, de Kress e van Leeuwen, como a tese de Suelene Oliveira Nascimento. Citem-se ainda os trabalhos de Mariza Brito e Carlos Magno Viana Fonseca, que, enquadrados na interface entre Linguística Textual, Psicanálise e a Linguística da Enunciação de Authier-Revuz, refletem sobre um tipo de recategorização de referentes não explicitados, senão apenas indiciados por certos significantes que poderiam expressar desejos do inconsciente.

Várias pesquisas funcionalistas, caudatárias das descrições propostas por Maria Helena de Moura Neves nos estudos da gramática funcional dos discursos, definem os referentes como entidades que constituem termos de predicções e tentam explicar como determinadas escolhas semânticas, como o tipo modal de proposição e o valor aspectual dos tempos verbais, condicionam certos empregos referenciais, o que é caracterizado como regularidades de uso.

Estudos de cognição realizados na Unicamp, sob a coordenação de Edwiges Morato, tratam da referenciação metadiscursiva no contexto das afasias e da doença de Alzheimer. O foco recai, prioritariamente, sobre os movimentos referenciais reflexivos realizados pelos falantes para voltar-se sobre o seu próprio dizer ou sobre o dizer do interlocutor. O objetivo é explicar como os pacientes e seus interlocutores (também pacientes, por vezes) constroem, de forma situada e contextual, os objetos de discurso e, por meio disso, organizam os tópicos discursivos. Ainda na perspectiva cognitiva, destaco dois trabalhos que vêm se desdobrando em outras pesquisas: a tese de Maria Helenice Costa, sobre a acessibilidade de referentes, e a de Silvana Calixto de Lima, sobre os Modelos Cognitivos Idealizados licenciadores de processos anafóricos.

Algumas pesquisas começam a constatar a importância da referenciação para a descrição da língua brasileira de sinais, a LIBRAS. O estudo de Christiana Leal, sob a orientação de Leonor Werneck dos Santos, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, comparou as relações referenciais engendradas no texto em LIBRAS com a referenciação nos textos escritos em português pelos surdos, a fim de verificar a influência de uma modalidade enunciativa em outra.

Diversos estudos vêm demonstrando a importância das estratégias de referenciação para a condução argumentativa de um dado gênero e, para isso, têm discutido as funções discursivas viabilizadas por processos de recategorização. A tese de Alena Ciulla, sob minha orientação, deu o pontapé inicial a essa empreitada, que já rendeu bons resultados e continua estimulando a elaboração de novas pesquisas. A tese de Valdinar Custódio Filho propõe uma descrição dos processos referenciais em termos de funções que eles exercem em narrativas extensas e em textos multissemióticos, ambos com quebra de expectativa final.

Este espaço não me permitiria falar de todos os trabalhos que já foram concluídos ou que estão em andamento, por isso vou limitar-me a essas menções, mas não sem antes ressaltar estudos mais afeitos a análises contextuais e culturais que vêm sendo realizados por Geralda Lima e orientandos, na Universidade Federal de Sergipe.

Parte desse percurso das pesquisas em referência está muito bem discutida na tese de Walleska Bernardino, na Universidade Federal de Uberlândia, que analisa a elaboração referencial em textos verbo-imagéticos e que sintetiza, com maestria, as principais conclusões de nosso posicionamento mais recente sobre referência.

REVEL – Nos últimos tempos, o fenômeno da referência tem recebido a atenção de todo tipo de prova de proficiência em língua portuguesa, desde a Provinha Brasil até concursos públicos para preenchimento de cargos públicos. Como a senhora avalia a presença desse fenômeno no Ensino Básico hoje, e quais seriam as próximas metas a se atingirem, nesse sentido, na Educação Básica?

MÔNICA – Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN, na caracterização da área de língua portuguesa, sobretudo no item “Linguagem, atividade discursiva e textualidade”, devota-se particular atenção ao texto e às práticas intersubjetivas que ele torna viáveis. O termo *referência* não se encontra, infelizmente, nomeado, mas os mecanismos referenciais estão postos, porque, como já disse, deles dependem a construção e a reconstrução da coerência. Mas essa ausência, ou insuficiência, não é única nos PCN. Quando se afirma, por exemplo, que a linguagem se realiza “na interação verbal dos interlocutores”, não se contempla a multimodalidade presente nos textos, do mesmo modo que não se dá o devido crédito ao modo de enunciação digital da hipertextualidade, que determina a maior parte das interações de hoje. Também quando se define texto como uma “atividade discursiva oral ou escrita” e como “uma sequência verbal construída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência”, percebe-se um pressuposto de coerência ainda entendida como unidade significativa global, ainda muito dependente de sua textura interna.

Assim, penso que, se a referenciação tem recebido toda a atenção dos documentos oficiais que balizam o ensino de língua portuguesa e dos exames nacionais e locais que diagnosticam o nível dos alunos, então, para ser coerente com a própria definição de processo referencial, é preciso ainda superar a noção de texto como materialidade explícita dos gêneros e dos discursos. Para mim, o texto é uma unidade abstrata de comunicação e de sentidos (não de significados apenas internos). Sua unidade de coerência emerge de um evento comunicativo que, de algum modo, vai a termo e no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais inseridos num contexto sócio-histórico e cultural. Não há regras específicas e universais sobre a coerência que possam ser aplicadas a todo e qualquer texto: elas são tão dinâmicas quanto dinâmicos são os processos referenciais que se negociam durante as interações. Os referentes precisam ser considerados, na escola e nos exames que avaliam o ensino, como uma representação na mente dos interlocutores de entidades que são construídas na inter-relação entre o cotexto, o contexto social e os conhecimentos compartilhados no evento em que o texto acontece.

Esse salto me parece fundamental para que não se tenha uma perspectiva estreita não só de coerência, mas também de coesão. A coesão diz respeito à articulação entre construções sintático-semânticas e segmentos tópicos do texto. Usar processos referenciais não é a mesma coisa de empregar expressões referenciais com a mera função de elos coesivos. É muito mais do que isso.

Um passo importante nessa direção foi dado pelo Enem, que reservou aos parâmetros textuais mais de uma competência. O Enem teve o mérito de estabelecer um teto para cada critério de correção das redações e, com isso, promoveu uma mudança de hábitos e de exigências: os corretores não poderiam mais deduzir pontos em excesso dos erros relativos à norma escrita formal da língua portuguesa, como costumava acontecer nas correções de produção escrita. Agora, haveria um limite de pontuação para cada critério, e assim passou a ser obrigatório avaliar a redação quanto à coerência (incluindo-se aí a referenciação) e à elaboração argumentativa, para a qual também colaboram os processos referenciais.

A medida surtiu efeito não só sobre todo o ensino médio, mas também sobre o fundamental: interveio no ensino de redação e de compreensão de textos, além de ter

fomentado a discussão entre professores e pesquisadores sobre o que é um texto composicionalmente argumentativo e sobre como preparar o aluno para a habilidade de argumentar com eficácia.

Creio que a maneira mais eficaz de fazer as concepções mais pragmático-discursivas de texto, de referenciação, de coerência, de argumentação e de intertextualidade chegarem ao ensino básico é aperfeiçoar os professores. Os exames nacionais já expuseram as deficiências pelas quais somos diretamente responsáveis. Resta, agora, investir em cursos que concedam aos professores uma chance de se reciclar. Por isso, eu apoio iniciativas como a do mestrado profissional em Letras, o PROFLETRAS, que tenta dar a professores de escola pública algum aprofundamento teórico sobre conteúdos com os quais lidam em sala de aula, ao mesmo tempo em que estimula a sugestão de novos recursos e materiais didático-pedagógicos. O ideal seria que o PROFLETRAS se estendesse a professores da rede privada e que se cobrasse das escolas o legítimo direito de redução de carga horária para o professor que desejasse melhorar sua formação. O investimento no professor me parece uma das principais metas a serem alcançadas. Só assim, ele poderá usar de criatividade para ensinar o que realmente domina.